

Revisão Geral

TEXTO I

Ladrões

Navegava Alexandre¹ em uma poderosa armada pelo mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido a sua presença um pirata, que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de andar em tão mau ofício; porém ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: Basta, senhor, que eu, porque roubo em uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres.

O ladrão que furta para comer, não vai nem leva ao inferno; os que não só vão, mas levam, de que eu trato, são outros ladrões de maior calibre e de mais alta esfera; os quais debaixo do mesmo nome e do mesmo predicamento distingue muito bem São Basílio Magno. Não só são ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados; estes furtam e enforcam.

Diógenes², que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas³ e ministros de justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos! Ditosa Grécia que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas.” Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter roubado um carneiro; e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador, por ter roubado uma província. E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes?

(VIEIRA, Pe. Antônio. *Apud Gomes, E. Trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1971*)

Vocabulário:

¹ Alexandre Magno (356-323 a.C.), rei da Macedônia. Com suas conquistas militares, formou um dos maiores impérios da Antigüidade.

² Filósofo grego (413-327 a.C.).

³ Autoridades

1. O trecho acima faz parte de um sermão do Padre Antônio Vieira. Por essa razão, evidenciam-se alguns recursos estilísticos típicos da oratória.

a) No final dos dois primeiros parágrafos, o autor utiliza uma estratégia linguística própria aos discursos falados. Explique em que ela consiste.

b) As frases exclamativas têm um papel emotivo/opinativo, cujo valor pode ser depreendido do

contexto. O valor da palavra *Ditosa* (ou *ditosas*), presente no último parágrafo, é positivo ou negativo? Justifique sua resposta.

2. Observe:

Não só são ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas, ou espreitam os que se vão banhar para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões ou o governo das províncias (...). (2º parágrafo)

a) No trecho acima, a estrutura inicial “*Não só*” cria uma expectativa lingüística no leitor/ouvinte. Reescreva o fragmento que começa após o ponto-e-vírgula, iniciando-o por um termo conectivo adequado à expectativa do leitor/ouvinte e cortando as palavras que comprometam a lógica gramatical da nova frase.

b) A estilística nos aponta meios diferentes de expressar o mesmo conteúdo, expandindo ou reduzindo o texto. Nesse sentido, comente o segmento “*própria e dignamente*”.

3. No trecho “*Quantas vezes se viu em Roma ir a enforcar um ladrão por ter roubado um carneiro; e no mesmo dia ser levado em triunfo um cônsul, ou ditador, por ter roubado uma província. E quantos ladrões teriam enforcado estes mesmos ladrões triunfantes?*”:

a) A utilização da estrutura de voz passiva sintética possui um importante papel argumentativo dentro da estruturação do pensamento de Vieira. Descreva-o.

b) Aponte uma possível intenção do orador ao formular a pergunta que encerra o parágrafo.

c) Na passagem citada, estão implícitas comparações, que se constroem por meio de um mecanismo de coesão determinado. Identifique e defina o mecanismo de coesão que estrutura essas comparações.

TEXTO II

A Origem da Corrupção

A Austrália, que foi colônia penal do império britânico, não possui índices de corrupção superiores aos de outras nações, pelo contrário. Nós, brasileiros, não somos nem mais nem menos corruptos que os japoneses, que a cada par de anos têm um ministro que renuncia diante de denúncias de corrupção.

Somos, sim, um país onde a corrupção, pública e privada, é detectada somente quando chega a milhões de dólares e porque um irmão, um genro, um jornalista ou alguém botou a boca no trombone, não por um processo sistemático de auditoria. As nações com menor índice de corrupção são as que têm o maior número de auditores e fiscais formados e treinados. A Dinamarca e a Holanda possuem 100 auditores por 100.000 habitantes. Nos países efetivamente auditados, a corrupção é detectada no nascedouro ou quando ainda é pequena. O Brasil, país com um dos mais elevados índices de corrupção, segundo o World Economic Forum, tem

somente oito auditores por 100.000 habitantes, 12.800 auditores no total. Se quisermos os mesmos níveis de lisura da Dinamarca e da Holanda precisaremos formar e treinar 160.000 auditores.

(...)

O capitalismo remunera quem trabalha e ganha, mas não consegue remunerar quem impede o outro de ganhar roubando. Há quem diga que não é papel do Estado produzir petróleo, mas ninguém discute que é sua função fiscalizar e punir quem mistura água ao álcool. Não serão intervenções cirúrgicas (leia-se CPIs), nem remédios potentes (leia-se códigos de ética), que irão resolver o problema da corrupção no Brasil. Precisamos da vigilância de um poderoso sistema imunológico que combata a infecção no nascedouro, como acontece nos países considerados honestos e auditados. Portanto, o Brasil não é um país corrupto. É apenas um país pouco auditado.

(KANITZ, Stephen. Revista Veja, 02/06/99)

4. “Somos, sim, um país onde a corrupção, pública e privada, é detectada somente quando chega a milhões de dólares e porque um irmão, um genro, um jornalista ou alguém botou a boca no trombone, não por um processo sistemático de auditoria.”

a) Explique a função das vírgulas que isolam o termo “pública e privada”.

b) A sintaxe de colocação comenta os diferentes efeitos acarretados pelo posicionamento dos termos na oração: o usuário da língua deve se preocupar com isso para sempre produzir textos claros. Nesse sentido, a posição da palavra “somente”, dentro do contexto, parece equivocada. Comente essa afirmativa.

c) De acordo com a argumentação desenvolvida pela autora, justifique a presença da forma negativa no trecho destacado.

d) Em português, a relação de causalidade pode ser expressa pela conexão de duas orações em que uma apresenta a causa que acarreta a consequência contida na outra. Esta relação pode ser explicitada por meio de diversas formas estruturais. Justifique essa afirmativa, com base no trecho destacado.

5. Responda às questões seguintes, relativas à estruturação argumentativa do texto:

a) O enunciado “Nós, brasileiros, não somos nem mais nem menos corruptos que os japoneses”, embora apresente uma estrutura comparativa, favorece, argumentativamente, um dos elementos da série. Aponte-o.

b) Relacione a presença da polifonia à argumentação do emissor em “Há quem diga que não é papel do Estado produzir petróleo, mas ninguém discute que é sua função fiscalizar e punir quem mistura água ao álcool.”

c) A conotação exerce uma importante função semântico-argumentativa no último parágrafo. Explique essa afirmativa.

Texto III

As Cobras



(VERISSIMO, Luis Fernando. *As cobras*. Porto Alegre: L&PM, 1997)

6. Explique, dentro do contexto, a utilização das formas verbais “daria” e “lembrem-se”.

7. O que provoca o humor do texto?

TEXTO IV

Teoria Econômica, Poder e Corrupção

Lord Acton (1834-1902) foi o autor de uma afirmativa famosa, a de que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe de forma absoluta. Ao estabelecer esta verdade, Emerich Edward Dalberg Acton, considerado um dos maiores pensadores da história política da Europa, simplesmente resumiu uma evidência empírica de milênios, rica em mostrar a existência de uma tendência geral, inerente ao poder, à diminuição do senso de responsabilidade moral dos homens. Creio que a Teoria Econômica pode dar uma boa contribuição e lançar um pouco mais de luz à discussão sobre a correlação entre poder e corrupção, a partir de uma aplicação simples da mais conhecida de suas leis, a “lei da demanda”, segundo a qual, quando o preço de um bem ou serviço aumenta, a quantidade demandada tende a cair, mantidas constantes outras influências. Se substituirmos “preço” por “custo”, podemos então afirmar que, quando o custo de qualquer ação criminosa aumenta, é de se esperar uma queda em sua incidência.

Portanto, a Teoria Econômica serve para reforçar o argumento do grande pensador napolitano, se observarmos que todos nós possuímos capacidade para praticar o bem e o mal ao longo de nossas vidas e que nossas escolhas dependem sempre de fatores subjetivos e objetivos. Entre os primeiros

— que os economistas tratam de maneira exageradamente simplificada como “preferências” —, está o caráter moral, ou a voz da consciência (que pode ser maravilhosa como a de um Caruso ou

horrorosa como a do “cantor” Roberto Jefferson quando tenta entoar Torna a Surriento), o

determinante dos benefícios e custos subjetivos de se praticar más ações. Já entre os fatores objetivos que norteiam as escolhas individuais, temos o confronto entre os benefícios (malas cheias de dinheiro sujo, ou Land Rovers, por exemplo) e os custos decorrentes das ações, como o de ser pego e punido. É evidente que o custo, ou o preço a ser pago, do ponto de vista do candidato a malfeitor, depende da probabilidade de ser apanhado vezes o custo esperado da punição, isto é, do grau de impunidade e do rigor da pena. Mesmo se a pena para os corruptos fosse a mais rigorosa de todas, por exemplo, a execução sumária, mas a probabilidade de serem punidos é zero, os custo total de sua ação também é nulo, o que significa que pessoas com um caráter moralmente deformado têm um grande incentivo para praticarem a corrupção. Para um santo, esse custo é infinito, porque a voz de sua consciência lhe sussurra isto, mesmo que o custo objetivo seja zero; mas, para muitos, infelizmente, aplica-se a máxima de que “cada homem tem um preço para se corromper”, o qual é determinado subjetivamente por sua consciência e objetivamente pelo grau de impunidade e o rigor da pena.

Falta apenas ligarmos esses elementos com o poder, para nos certificarmos da veracidade do dito de Lord Acton. Ora, é evidente que, para muitas pessoas — de caráter moral fraco —, o poder de fato corrompe, porque claramente os custos da corrupção são menores para os que exercem o poder do que para os demais mortais, já que, em sua essência, o sistema de poder confere aos seus líderes um leque maior de oportunidades para aumentarem os seus ganhos privados, pecuniários ou não, seja pela manipulação da lei, seja porque, adicionalmente, lidar com dinheiro público é algo bem diferente do que lidar com o que se ganhou com esforço e suor. (IORIO, Ubiratan. In: *Jornal do Brasil*, 08/08/05. p. A11)

8. O raciocínio dedutivo é aquele em que uma premissa maior, aplicada a uma dada situação, permite que dela se tire uma conclusão. No caso do raciocínio indutivo, a conclusão é fruto da observação de um número suficiente de dados particulares. Lord Acton e Ubiratan Iorio chegam à mesma conclusão — a ideia de que o poder corrompe —, utilizando fundamentações distintas.

a) Que método de raciocínio foi utilizado por Acton para chegar à sua conclusão? Retire uma palavra do 1º parágrafo que comprove sua resposta.

b) Que método é utilizado pelo autor do artigo? Transcreva uma palavra do 2º parágrafo que comprove sua resposta.

9. Os parênteses e os travessões têm o papel de separar comentários acessórios, podendo apresentar múltiplos efeitos semânticos.

a) Explique a função dos travessões no 3º parágrafo.

b) Qual é a intenção comum às duas ocorrências de parênteses nesse mesmo parágrafo?

10. O objetivo argumentativo de um texto exige do leitor a atenção ao encadeamento de ideias, a fim de acompanhar o raciocínio do autor e estabelecer uma compreensão adequada.

-
- a)** Considerando o conteúdo do 3º parágrafo, pode-se afirmar que o rigor da pena diminui a incidência de corrupção? Por quê?
- b)** Por que, segundo o articulista, há uma maior tendência à corrupção entre as pessoas de tenham cargos no poder público?